

**ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE MAUÁ**  
**Administração**

**ANA CLARA ALMEIDA DOS SANTOS**  
**ASHLEY DA SILVA MAGALHÃES**  
**GEOVANA ALMEIDA DOS SANTOS**  
**MARCUS VINICIUS DE MEDEIROS FRANÇA**  
**VINICIUS VILLARINO RODRIGUES**

**TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO:**  
**ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO E A**  
**DESIGUALDADE SOCIAL**

**MAUÁ-SP**  
**2025**

**ANA CLARA ALMEIDA DOS SANTOS  
ASHLEY DA SILVA MAGALHÃES  
GEOVANA ALMEIDA DOS SANTOS  
MARCUS VINICIUS DE MEDEIROS FRANÇA  
VINICIUS VILLARINO RODRIGUES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso Técnico em Mauá na Etec de Mauá como requisito parcial para a obtenção do título de técnico em Administração.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Me. Margarete dos Santos

Orientador: Prof. Victor Augusto Santos

**MAUÁ-SP**

**2025**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos, primeiramente a Deus, fonte de toda sabedoria e força, por nos guiar durante toda essa jornada. Sua presença em nossas vidas foi essencial para que chegássemos até aqui, nos sustentando nos momentos de desafios. Sem a sua graça, esse momento de conquista não seria possível. Aos nossos familiares, que sempre estiveram ao nosso lado com amor, paciência e apoio incondicional. Cada um de vocês foi uma fonte constante de motivação, e não haveria como chegar até aqui sem a força que nos deram em cada etapa desse percurso.

Gostaríamos de agradecer imensamente aos nossos professores, que desempenharam um papel fundamental na realização desse trabalho. Sua dedicação, paciência e comprometimento com a nossa formação foram essenciais para que pudéssemos concluir esse trabalho com confiança e qualidade. Somos gratos por compartilharem seus conhecimentos e nos orientarem com tanto desempenho.

A Escola técnica estadual de Mauá (ETEC), por ter nos proporcionado um ensino gratuito e de qualidade, que contribuiu para nossa formação profissional e pessoal.

## RESUMO

O trabalho analisa a relação entre crescimento econômico e desigualdade, com foco em Mauá (SP), abordando como o desenvolvimento pode aumentar diferenças. Cita Adam Smith, a curva de Kuznets e Thomas Piketty para discutir os impactos sociais dessa dinâmica. O objetivo geral discute como o crescimento econômico pode provocar desigualdade, tema cada vez mais debatido na economia atual. Os objetivos específicos do estudo são: investigar a relação entre crescimento e desigualdade, analisar seus impactos, propor políticas inclusivas e avaliar ações que melhorem o bem-estar social. O texto discute a importância de debater a relação entre crescimento econômico e desigualdade social, destacando que o crescimento nem sempre beneficia a todos igualmente. Com base em autores como Piketty e Marshall, defende-se que altos níveis de desigualdade limitam o acesso a serviços e oportunidades, prejudicando o desenvolvimento social. O estudo propõe que políticas públicas, como educação de qualidade e redistribuição de renda, podem tornar o crescimento mais justo e sustentável. O trabalho utilizou pesquisa bibliográfica, documental e descritiva, com abordagem mista, para analisar a relação entre desigualdade e desenvolvimento econômico em Mauá (ABC Paulista), com base em fontes acadêmicas e dados locais. O trabalho analisou a relação entre crescimento econômico e desigualdade no Brasil, com foco em Mauá, e concluiu que o crescimento atual não reduz as desigualdades, devido a fatores estruturais e políticas públicas insuficientes. Destacou-se a necessidade de reformas e políticas inclusivas para alcançar um desenvolvimento sustentável e mais justo.

Palavras chaves: Desigualdade, economia, impactos, Mauá, sociedade.

## ABSTRACT

This study examines the relationship between economic growth and inequality, focusing on how these two variables interact and influence each other, with a case study centered on the city of Mauá, São Paulo. The research aims to understand how economic development can impact social and economic disparities and identify the key factors driving this dynamic. Drawing from classical and contemporary thinkers such as Adam Smith and Thomas Piketty, the work explores fundamental concepts like the Kuznets Curve and debates surrounding income concentration and wealth distribution.

The study highlights that while economic growth is often seen as a sign of progress, it does not necessarily guarantee equitable access to opportunities and resources. High levels of inequality can restrict access to essential services such as education and healthcare, limiting social mobility and reducing overall productivity. Different economic theories offer contrasting views: some suggest that inequality can drive investment and innovation, while others argue it undermines social stability and aggregate demand.

This research seeks to contribute to the ongoing debate by analyzing empirical evidence and proposing effective public policies aimed at inclusive growth. Suggested measures include progressive taxation, investment in education, and income redistribution programs. The ultimate goal is to foster sustainable development that not only boosts the economy but also reduces inequality and improves the quality of life for the entire population.

The study analyzes the relationship between economic growth and inequality, focusing on Mauá (SP), and explores how development can increase disparities. It references Adam Smith, the Kuznets curve, and Thomas Piketty to discuss the social impacts of this dynamic. The general objective is to examine how economic growth can generate inequality, a topic increasingly debated in today's economy.

The study's specific objectives are to investigate the relationship between growth and inequality, analyze their impacts, propose inclusive policies, and evaluate actions that improve social well-being.

The text highlights the importance of discussing the connection between economic growth and social inequality, emphasizing that growth does not always

benefit everyone equally. Based on authors such as Piketty and Marshall, it argues that high levels of inequality limit access to services and opportunities, hindering social development.

The study suggests that public policies, such as quality education and income redistribution, can make growth fairer and more sustainable. The research used bibliographic, documentary, and descriptive methods, with a mixed approach, to analyze the relationship between inequality and economic development in Mauá (ABC Paulista), based on academic sources and local data.

The work examined the link between economic growth and inequality in Brazil, focusing on Mauá, and concluded that current growth does not reduce inequality due to structural factors and insufficient public policies. The study emphasizes the need for reforms and inclusive policies to achieve more sustainable and equitable development.

Keywords: Inequality, economy, impacts, Mauá, society.

*“O crescimento econômico sem equidade é apenas uma estatística bonita para esconder o que realmente importa.*

***Autor Desconhecido***

## SUMÁRIO

<b>1)INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1.1) Problematização</b> .....	9
<b>1.2) Justificativa</b> .....	10
<b>1.3) Objetivos</b> .....	11
<b>1.4) Metodologia da pesquisa:</b> .....	11
<b>2)REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	13
2.1) Conceito de crescimento econômico .....	13
2.1.1) O crescimento econômico no Brasil .....	14
2.1.2 Crescimento econômico duas maiores potenciais mundiais .....	15
2.2) A Desigualdade Econômica: Origens, Conceitos e Implicações .....	16
2.2.1 A Persistência da Desigualdade no Brasil: Causas, Desafios e Soluções .....	20
<b>3 DISCUSSÃO E RESULTADOS</b> .....	23
3.1 Economia de Mauá: .....	23
3.1.1) Grupos de vulnerabilidade social:.....	24
3.1.2) Extrema pobreza atinge 311 mil moradores do grande ABC:.....	27
<b>4) A Relação entre Crescimento Econômico e Desigualdade</b> .....	28
4.1) Crescimento Econômico: O que é, por que importa e como mudou com o tempo .	28
4.2) Desigualdade Econômica: Tipos, causas e por que ela importa .....	29
4.3) A Teoria de Kuznets e o que ela não explicou .....	30
4.4) Crescimento e Desigualdade: Andam juntos ou se chocam? .....	30
4.5) O papel das instituições e do capital humano .....	31
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	31
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	33

## **1)INTRODUÇÃO**

Este trabalho abordou a relação entre crescimento econômico e desigualdade, explorando como esses dois conceitos se interligam e influenciam um ao outro. Buscou – se analisar de que forma o desenvolvimento econômico pode impactar as disparidades sociais e econômicas, foi averiguado essa relação presente na cidade de Mauá, São Paulo, buscando compreender os fatores que contribuem para essa dinâmica.

De acordo com o economista Adam Smith (1776), o que vai gerar a riqueza das nações é o fato de cada indivíduo procurar o seu desenvolvimento e crescimento econômico pessoal, já em relação a desigualdade econômica ele afirma que onde há grande propriedade, há grande desigualdade, seguindo sua lógica para um muito rico, há no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos presume da indigência de muitos. A relação desses dois tópicos é crucial, pois pode influenciar a qualidade de vida. Também foi explorado conceitos-chave, como a curva de Kuznets, e foram analisadas as ideias de Thomas Piketty.

### **1.1) Problematização**

Diante dos desafios sociais resultantes da desigualdade econômica, torna-se essencial debater e buscar soluções que favoreçam a parcela mais vulnerável da população. Garantir os direitos básicos a todos deve ser uma prioridade, contudo, em muitas circunstâncias, essa não parece ser a principal preocupação do governo. No entanto, a igualdade econômica não deve ser vista como uma utopia inalcançável, mas sim como um objetivo possível, que pode ser conquistado por meio da valorização da educação básica e do estímulo para que as pessoas acreditem em seu potencial e no progresso do país. Baseado no exposto investigou-se o seguinte problema:

De que maneira o crescimento econômico está diretamente ligado com a desigualdade econômica?

Algumas teorias sugerem que a desigualdade pode incentivar investimentos e inovação, enquanto outras afirmam que reduz o consumo e prejudica a estabilidade social, comprometendo o crescimento. Buscou-se

compreender qual é o impacto real da desigualdade sobre o crescimento econômico em diferentes contextos.

Políticas de redistribuição de renda podem reduzir a desigualdade, mas há debates sobre seus impactos no crescimento econômico.

## **1.2) Justificativa**

Além de ser um tema contemporâneo e relevante, a relação entre crescimento econômico e desigualdade social deve ser amplamente discutida para evitar impactos negativos no futuro. Abordar esse tema contribui para ampliar o debate e destacar sua importância no contexto social. O crescimento econômico é um indicador extremamente conhecido, mas isso não significa que o dinheiro esteja chegando para todo mundo da mesma forma.

De acordo com Thomas Piketty (2014) sua obra “O Capital no Século XXI”, os benefícios do crescimento econômico ficam nas mãos dos mais privilegiados, enquanto a maioria da população ainda enfrenta dificuldades. E isso pode gerar uma variedade de problemas sociais. Por outro lado, pensando em políticas que ajudem a distribuir melhor essa riqueza, pode-se ter um crescimento mais justo e que beneficie a todos.

Por isso, entender como esses fatores se interligam é fundamental para pensar em criar soluções para reduzir a desigualdade e fazer com que o crescimento econômico seja mais inclusivo. Com este trabalho, planejou-se contribuir para essa conversa e mostrar que crescer economicamente é importante, mas fazer isso de uma forma que todo mundo tenha acesso às oportunidades é extremamente difícil.

Altos níveis de desigualdade podem limitar o acesso da população a serviços essenciais, como saúde e educação, prejudicando a mobilidade social e a produtividade da força de trabalho. Pesquisar essa relação permite avaliar como o crescimento pode ser mais bem distribuído para beneficiar toda a sociedade.

Diferentes teorias econômicas divergem sobre o impacto da desigualdade no crescimento. Enquanto alguns defendem que a desigualdade incentiva investimentos e inovação, outras argumentam que compromete a demanda agregada e a estabilidade social. A pesquisa contribui para esse debate trazendo evidências empíricas e novas abordagens.

O estudo da relação entre crescimento e desigualdade pode subsidiar a criação de medidas como tributação progressiva, investimentos em educação e programas de transferência de renda, promovendo um crescimento econômico mais equitativo e sustentável.

“[...] Nenhuma mudança conduziria de forma tão importante ao aumento da riqueza material quanto uma melhora nas nossas escolas, e em especial, as de nível médio [Middle grades], contanto que combinada com um sistema extensivo de bolsas de estudos que permitisse ao filho inteligente de um trabalhador elevar-se gradualmente de escola em escola até que tenha a melhor educação prática e teórica que a época pode fornecer “  
(MARSHALL, 1982, p. 176).

### **1.3) Objetivos**

A relação entre crescimento econômico e desigualdade econômica é um tema que vem ganhando espaço na sociedade contemporânea e tem sido amplamente debatida na economia. O objetivo geral dessa análise é analisar como o crescimento econômico pode gerar desigualdade econômica para a sociedade.

Os objetivos específicos com esse estudo é:

Investigar a relação entre crescimento econômico e desigualdade para compreender como essas variáveis interagem e influenciam o desenvolvimento sustentável.

Analisar os impactos da desigualdade sobre o crescimento econômico, identificando os principais fatores que contribuem para a exclusão social e econômica.

Propor políticas públicas eficazes que promovam um crescimento econômico inclusivo, reduzindo desigualdades e ampliando oportunidades.

Avaliar medidas para a melhoria do bem-estar social, considerando indicadores de qualidade de vida, acesso a recursos básicos e redução da pobreza.

### **1.4) Metodologia da pesquisa:**

Para a realização deste trabalho, foi adotada a pesquisa bibliográfica e documental, utilizou-se a técnica de pesquisa descritiva e a forma de abordagem

mista com o objetivo de analisar a relação entre desigualdade econômica e desenvolvimento econômico na cidade de Mauá, no ABC Paulista. A pesquisa bibliográfica envolveu a consulta a artigos acadêmicos, livros especializados em economia e desenvolvimento econômico, além de jornais locais, que fornecem dados e informações atualizadas sobre o contexto socioeconômico da região.

A pesquisa documental consistiu na coleta e análise de documentos oficiais e relatórios disponíveis publicamente, que complementam a compreensão da dinâmica econômica da cidade. A análise dos dados e informações coletadas foi realizada por meio da leitura crítica e interpretação dos textos, buscando identificar os principais fatores que relacionam desigualdade e desenvolvimento econômico na cidade. Este procedimento permitiu a construção de uma base teórica sólida, bem como a contextualização do tema dentro da realidade local, possibilitando uma compreensão aprofundada do problema investigado.

A presente pesquisa caracteriza-se, quanto aos seus objetivos, como descritiva, pois busca apresentar, analisar e descrever a relação entre o crescimento econômico e a desigualdade social, evidenciando como esses fenômenos se interligam no contexto socioeconômico.

## **2)REFERENCIAL TEÓRICO**

### 2.1) Conceito de crescimento econômico

A palavra crescimento dá uma ideia de progresso ou aumento, assim tendo-se de concluir que a ideia do crescimento econômico deriva do progresso ou aumento da produção de bens e serviços de um país ao longo de um período. O crescimento econômico desempenha um papel chave para a compreensão da relação que será estudada. Sabe-se desde Marx que os alicerces econômicos, ideológicos e políticos da sociedade estão interligados e mudam de modo contraditório ou dialético, embora sigam para o mesmo caminho.

Para o renomado economista Adam Smith (1776), o crescimento econômico está diretamente ligado com a divisão de trabalho, uma vez que o trabalho é dividido o trabalhador pode se especializar em uma área específica e esse seria o estopim para que a economia alavancasse. Ao explorar a dinâmica do modelo de crescimento de Smith (1776), Wilson Fritsch (1985) enfatiza que:

" O crescimento da produtividade do trabalho, que tem origem em mudanças na divisão e especialização do processo de trabalho, ao proporcionar o aumento do excedente sobre os salários permite o crescimento do estoque de capital, variável determinante do volume de emprego produtivo; a pressão da demanda por mão-de-obra sobre o mercado de trabalho, causada pelo processo de acumulação de capital,

provoca um crescimento concomitante dos salários e, pela melhora das condições de vida dos trabalhadores, da população; o aumento paralelo do emprego, salários e população amplia o tamanho dos mercados que, para um dado estoque de capital, é o determinante básico da extensão da divisão do trabalho, iniciando-se assim a espiral de crescimento" (FRITSCH, 1985 p. XII)

Baseado nas ideias de Smith (1776), o crescimento depende da divisão de trabalho que por sua vez gera especialização e assim melhorias de salários e aumento de capital, que gera acúmulo de capital e sendo assim gera melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Os premiados autores Daron Acemoglu e James Robinson (2012) argumentam em seu livro "Por que as nações fracassam" que o real motivo de alguns países serem mais desenvolvidos economicamente que outros é a liberdade de inovação e as instituições inclusivas, segundo os autores instituições inclusivas são aquelas que promovem a participação ampla da população na economia e na política, garantindo oportunidades e incentivos para inovação, investimento e crescimento econômico sustentável.

"As instituições econômicas inclusivas criam mercados inclusivos, que não só conferem às pessoas a liberdade de realizar em sua vida aquela vocação mais adequada aos seus talentos, mas também criam condições iguais para todos, capazes de lhes proporcionar oportunidade para tanto." (ACEMOGLU & ROBINSON, 2012, p. 368)

### 2.1.1) O crescimento econômico no Brasil

O crescimento econômico no Brasil para ser entendido é necessário primeiramente olhar para a realidade de muitos brasileiros que normalmente tem um impacto direto em suas vidas. Ao longo da pesquisa foi evidente o fato de que o crescimento econômico nem sempre está ligado a melhora de vida da população. Pois quando o crescimento econômico acontecesse com a finalidade de si beneficiar, outros ficam sem esse crescimento que era para ocorrer para ambos, ainda mais quando se fala do Brasil onde ocorre uma grande corrupção. O IPC (Índice de percepção da corrupção) fez uma pesquisa em 2024 e o Brasil ficou em 107ª posição mundial assim causando atraso no desenvolvimento do Brasil quando deveria ser investido na educação, valorização do trabalho,

inovação e respeito ao meio ambiente. Para que o crescimento econômico atinja todos.

E o desenvolvimento econômico no Brasil teve uma crescente no final da década de 1960 e no início da década de 1970 teve um registro de crescimento no PIB, com uma alta concentração de renda e aumento da desigualdade social. Décadas depois, nos anos 2000, o país voltou a crescer pelas exportações e por políticas públicas de transferência de renda e inclusão social. Esse período trouxe avanços reais para milhões de brasileiros.

desafio central do crescimento econômico brasileiro sempre foi a falta de inclusão. Como destaca Stiglitz (2012), crescimento não garante, por si só, justiça social.

Outro fator que limita o crescimento sustentável é a baixa produtividade da economia. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 1964), o Brasil tem pouco investimento em inovação, tecnologia e qualificação para o trabalho, os ciclos de inflação também são grandes copados desse déficit de crescimento e isso que o Brasil tem um grande potencial para crescer economicamente muito grande, mas é necessário que seja algo para todos poderem ajudar, seja jovem ou idoso.

### 2.1.2 Crescimento econômico duas maiores potenciais mundiais

Quando se pensa nas maiores potências econômicas do mundo — os Estados Unidos e a China — não é só sobre números gigantes ou gráficos complicados. É sobre como esses países cresceram, mudaram e influenciam a vida de todo mundo, até no Brasil.

Os Estados Unidos cresceram apostando na liberdade para empreender, na inovação e em instituições que funcionam. É um lugar cheio de gente que cria coisas novas, com universidades fortes e empresas que estão sempre tentando se reinventar. Por muito tempo, foram o país que mandou no mundo em tecnologia, economia e cultura. (Acamoglu & Robinson, 2012, p. 15)

A China, por sua vez, teve uma história diferente e impressionante. De uma economia bem fechada, passou a ser a “fábrica do mundo” rapidinho, produzindo e exportando para tudo quanto é canto. Isso aconteceu porque o

governo planejou tudo com cuidado, investiu muito em infraestrutura e indústria, e hoje está investindo pesado em tecnologia e energia limpa. É uma transformação que parece quase um sonho — ou um filme de superação. (Chan,2008, p.119)

Mas a verdade é que nem tudo é fácil para este país. Tanto os Estados Unidos quanto a China têm problemas grandes para resolver, como a população que está envelhecendo, a desigualdade social que não some, a preocupação com o meio ambiente e a necessidade de acompanhar o ritmo louco das novas tecnologias. E a relação entre esses dois gigantes é complicada — não é só uma disputa econômica, envolve política, segurança e até questões que afetam a paz mundial.

Entender como esses dois países cresceram e se tornaram tão importantes é mais do que estudar economia: é entender como o mundo funciona hoje. E é saber que o que acontece lá fora — no topo do ranking — mexe com a vida de todo mundo, inclusive com a dos brasileiros, nas oportunidades que se tem nos desafios que se precisa enfrentar.

## 2.2) A Desigualdade Econômica: Origens, Conceitos e Implicações

Em seu artigo intitulado “Desigualdade econômica: porque se importar com ela”, Celia Kerstenetzky (2021) evidencia que desigualdade econômica, a depender de seu grau, pode ser responsável por gerar diversos problemas de ordem social, política e econômica. Dessa forma, tem se tornado motivo de preocupação na medida em que tais consequências são consideradas relevantes e merecedoras de atenção por afetarem diretamente o funcionamento e o equilíbrio da sociedade.

Para melhor compreender o conceito da desigualdade econômica o Banco Mundial definiu-o como a diferença existente entre indivíduos ou grupos no que diz respeito à renda, à riqueza e às oportunidades econômicas (BANCO MUNDIAL, 2020). Sua causa pode variar de acordo com fatores históricos, sociais e políticos.

Em sua obra, Piketty (2014) relata que no começo do século passado o capital tinha mais valor que a força de trabalho, devido ao fato de que as grandes fortunas eram herdadas e não conquistadas, sendo assim, aqueles que já

possuíam riqueza detinham maior probabilidade de aumentar seu capital comparado com aqueles que dependiam apenas da força de trabalho.

"No início do século XX, a Europa era dominada por uma oligarquia patrimonial, na qual o capital era muito mais importante que o trabalho. Essa estrutura colapsou com as guerras e as revoluções, mas os sinais de uma reconstrução estão claramente visíveis hoje." (PIKETTY, 2014, p.230)

Já no século XX essa realidade foi alterada diminuindo o desequilíbrio econômico vivido. O motivo da desigualdade ter sido reduzida não está relacionado com a ideia de que o mercado se regulariza sozinho, e sim com o fato de a guerra ter estourado e acompanhado por crises e políticas progressistas.

"A queda da desigualdade de renda e riqueza no século XX não foi o resultado natural das forças do mercado, nem do crescimento econômico equilibrado, mas sim o produto das guerras, das crises e das políticas sociais e fiscais implementadas posteriormente." (PIKETTY, 2014, p.161)

As guerras funcionaram como um "nivelador brutal" tendo como consequência a tributação de grandes fortunas o que gerou maior igualdade da distribuição de renda no mundo, não por escolha consciente, mas por obrigatoriedade em função do momento econômico no qual se encontravam. "Esses eventos forçaram os governos a tributarem mais, criar sistemas de previdência e quebrar a estrutura das grandes fortunas herdadas." (PIKETTY, 2014, p.161)

Para Piketty (2014) a desigualdade não é algo natural e nem inevitável como comumente se acredita, o economista argumenta que a desigualdade é resultado de escolhas políticas e reflete as decisões feitas pela própria sociedade.

"A história da distribuição da riqueza é profundamente política, e não pode ser reduzida a mecanismos puramente econômicos. Ela reflete as escolhas feitas pelas sociedades em relação aos impostos, educação, saúde, previdência e salário-mínimo." (PIKETTY, 2014, p.20)

Sendo assim, uma sociedade sem desigualdade econômica não pode ser considerada uma utopia, uma vez que sua causa são escolhas políticas pode-se

compreender que as escolhas que implementaram a desigualdade podem também transformar a sociedade em uma sociedade mais justa e igualitária.

A desigualdade econômica vem se reestabelecendo desde 1980 com as políticas neoliberais que facilitam o acúmulo exacerbado do capital nas mãos de poucos.

“A partir da década de 1980, com o avanço das políticas neoliberais e o declínio da tributação progressiva, as desigualdades de renda e patrimônio voltaram a aumentar, especialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido.”  
(PIKETTY, 2014, p.315)

De acordo com Piketty (2014) o termo “renda” refere-se a tudo aquilo que um indivíduo recebe em determinado período, englobando salários, aposentadorias, lucros, aluguéis e demais formas de rendimento. Já o conceito de “capital” expressa a ideia de patrimônio acumulado, incluindo imóveis, empresas, terras, ativos financeiros e quaisquer bens passíveis de gerar renda futura. Assim, capital — também denominado riqueza — corresponde ao conjunto de recursos e propriedades detidos por uma pessoa ou grupo, que podem produzir retorno financeiro ao longo do tempo.

Essa distinção conceitual é essencial para a análise proposta por Piketty (2014) acerca da dinâmica das desigualdades econômicas nas sociedades capitalistas contemporâneas. Uma das bases da argumentação do economista francês para explicar a desigualdade econômica é a fórmula  $r > g$ , sendo  $r$  = taxa de retorno do capital e  $g$  = taxa de crescimento da economia.

Essa fórmula analisa a conexão entre as informações e busca compreender a relação entre os termos. Com esse estudo pode –se concluir que quando a taxa de retorno do capital é maior que a taxa de crescimento da economia tem-se a desigualdade crescendo, pois quem já possui capital enriquece mais rápido do que a economia cresce para o mundo.

Para exemplificar pode-se imaginar duas pessoas que vivem no mesmo país, a pessoa A possui um capital de 10 milhões aplicados que rende 6% ao ano, enquanto a pessoa B recebe um aumento de salário conforme o crescimento da economia ao ano.

A pessoa A lucrou 600 mil apenas com seu patrimônio, sem levarmos em conta o lucro com o trabalho, enquanto a pessoa B vai receber um aumento de

10% em seu salário, imaginando que ela recebia 5 mil, agora passa a receber 5.500. Com o passar do tempo a diferença do capital da pessoa A e da pessoa B só vai aumentar gerando cada vez mais desigualdade.

“Quando a taxa de retorno do capital ultrapassa consistentemente a taxa de crescimento da renda e da produção, como aconteceu no século XIX e parece estar acontecendo novamente no século XXI, o capitalismo automaticamente gera desigualdades insustentáveis, que minam os valores meritocráticos sobre os quais as sociedades democráticas se baseiam.” (PIKETTY, 2014, p. 33)

Essa diferença vai gerar a desigualdade justamente porque o retorno do capital vai para quem já tem riqueza acumulada isso inclui grandes heranças, investimentos, imóveis alugados e ações em empresas. Já o crescimento econômico beneficia a população como um todo, mas de forma mais lenta e desigual via salários, serviços e produtividade. Então se  $r > g$  por um longo período, a riqueza se acumulara em poucas mãos enquanto muitos viverão pequenos avanços. “Quando a taxa de retorno do capital ultrapassa de forma duradoura a taxa de crescimento da produção e da renda, o capitalismo gera automaticamente desigualdades arbitrárias e insustentáveis.” (PIKETTY, 2014, p.33)

“A desigualdade  $r > g$  significa que a riqueza acumulada no passado cresce mais rápido que a produção e os salários. Essa desigualdade não é acidental ou temporária, ela é estrutural.” (PIKETTY, 2014, p.78)

Após analisar dados históricos e compreender sua causa, Piketty(2014) propõe uma série de ideias para evitar que a desigualdade se torne insustentável. O autor acredita que uma forma eficaz para a diminuição da desigualdade econômica é o imposto progressivo sobre o capital, a nível global, ou ao menos, coordenados entre grandes economias. Sua ideia de intervenção não é um imposto sobre a renda (como o que a população paga sobre os salários) mas sim sobre a riqueza acumulada, como imóveis, ações e heranças.

Nesse conceito o imposto seria progressivo, quanto maior a riqueza maior a alíquota, sendo assim patrimônios pequenos seriam taxados em 0,1%, os médios em 1% e os maiores de 2% até 5%. Com essa sugestão de intervenção

Piketty (2014) busca frear a concentração da riqueza sem impedir o funcionamento do capitalismo.

### 2.2.1 A Persistência da Desigualdade no Brasil: Causas, Desafios e Soluções

No Brasil, o alto índice de desigualdade se deve em grande parte pela herança colonial, na qual mesmo nos tempos atuais ainda se sofre os efeitos da época da escravidão onde havia a concentração de terra nas mãos dos ricos. Como evidencia o economista brasileiro Marcelo Néri em seu artigo “A nova classe média: o lado brilhante dos pobres (2010).”

A distribuição desigual de terras e de oportunidades educacionais ao longo da história contribuiu para a formação de uma elite econômica restrita, enquanto a maior parte da população permaneceu com acesso limitado a recursos e direitos básicos. "As raízes da desigualdade brasileira estão no passado escravocrata e na concentração fundiária, que limitou o acesso à educação e à renda." (NERI, 2010, p. 46)

Além dos fatores históricos, a desigualdade no Brasil também é reforçada por características institucionais e econômicas contemporâneas. O autor destaca que o sistema tributário brasileiro, de natureza regressiva, é um dos responsáveis pela manutenção dessa disparidade, uma vez que onera proporcionalmente mais os indivíduos de menor renda, enquanto beneficia os mais ricos com isenções e menor tributação sobre patrimônio e heranças. Assim, os mecanismos de redistribuição de renda, fundamentais para mitigar desigualdades, acabam sendo ineficazes no contexto nacional. “O sistema tributário brasileiro é regressivo e onera mais os pobres proporcionalmente do que os ricos, o que agrava ainda mais as desigualdades já existentes.” (NERI, 2010, p. 60)

Outro elemento apontado por Néri (2010) é a baixa mobilidade social no país. Em sociedades desiguais, as oportunidades de ascensão são restritas, e as condições socioeconômicas tendem a se perpetuar entre as gerações. No Brasil, fatores como o acesso desigual à educação de qualidade e a diferenciação de oportunidades no mercado de trabalho dificultam a quebra do ciclo de pobreza e concentração de renda.

Esses aspectos estruturais apontados por Néri (2010) explicam, portanto, a persistência da desigualdade econômica brasileira e indicam a necessidade de políticas públicas mais amplas e estruturadas para promover a inclusão produtiva, melhorar a qualidade dos serviços sociais e reformar o sistema tributário de forma progressiva.

No artigo “Reflexões sobre a desigualdade econômica no Brasil” para a revista eletrônica “caderno de economia e política” o autor Paulo Francisco Monteiro (2024) propõe uma reflexão sobre a pobreza no Brasil, no qual disserta que O Brasil apresenta uma estrutura socioeconômica historicamente marcada por desigualdades que favorecem as classes mais abastadas em detrimento das camadas mais pobres da população. Essa situação se reflete no acesso desigual a serviços como educação, saúde, oportunidades de trabalho e recursos financeiros, contribuindo para a concentração de renda nas mãos de uma minoria e ampliando as disparidades sociais. Grande parte da população brasileira convive com empregos informais, salários baixos e ausência de garantias trabalhistas, o que acentua a vulnerabilidade social e econômica.

Adicionalmente, há graves dificuldades no acesso a serviços públicos essenciais, sobretudo nas periferias urbanas e zonas rurais, onde predominam limitações no atendimento médico, na oferta de saneamento básico, em habitação adequada e em educação de qualidade. Tais desafios impactam diretamente a qualidade de vida da população e se refletem nos indicadores sociais do país. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2022), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro é de 0,760, valor inferior ao de países como o Canadá (0,935) e a França (0,910), evidenciando as disparidades existentes em termos de condições de vida e desenvolvimento humano.

Problemas estruturais como a deficiência nos serviços de saúde e educação, a precariedade habitacional e o déficit de saneamento básico resultam em sérios riscos à saúde pública e limitam as oportunidades de crescimento individual e social. Além disso, práticas de corrupção e má gestão dos recursos públicos agravam o cenário ao desviar verbas que poderiam ser destinadas a políticas sociais e à melhoria da infraestrutura, prejudicando os mais necessitados. Dessa forma, a desigualdade no Brasil é reforçada por um conjunto de fatores interligados — como desigualdade estrutural, baixa remuneração,

exclusão social, políticas públicas ineficazes e carga tributária elevada —, que perpetuam o ciclo de pobreza e contribuem para o agravamento da violência urbana e rural no país.

“A desigualdade brasileira resulta da combinação de diversos fatores, como as deficiências históricas nos serviços públicos, a exclusão social, a má gestão estatal e uma estrutura tributária regressiva, que onera proporcionalmente mais os mais pobres.”  
(NERI, 2010)

Para Néri (2010) a solução para diminuir a desigualdade de renda no Brasil é uma reforma tributária progressista, na qual os que possuem mais renda pagam mais tributos. O autor ainda afirma a importância de políticas públicas eficazes e a necessidade de investimento na educação. "A redução da desigualdade exige a combinação de políticas públicas eficazes, vontade política e a participação ativa da sociedade." (NERI, 2010)

### **3 DISCUSSÃO E RESULTADOS**

#### **3.1 Economia de Mauá:**

Mauá, localizada na Região Metropolitana de São Paulo, é um dos sete municípios que compõem o Grande ABC, tradicionalmente reconhecido como um dos principais polos industriais do Brasil. A cidade possui uma economia diversificada, com destaque para os setores industrial, de serviços e comércio (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC, 2025).

Historicamente, Mauá destacou-se pela indústria cerâmica, sendo conhecida como a "Capital da Louça e da Cerâmica" devido à presença de fábricas como a Porcelana Mauá. Com o tempo, a economia local evoluiu, e atualmente abriga importantes polos industriais, como o Polo Petroquímico do Capuava, onde está localizada a refinaria da Petrobras (PETROBRAS, 2025). Além disso, empresas dos setores químico, metalúrgico, automotivo e de logística têm significativa presença no município (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC, 2025).

Em termos de indicadores econômicos, Mauá registrou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 20,776 bilhões, posicionando-se como o 60º maior PIB entre os municípios brasileiros (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 2023). A cidade conta com 11.212 empresas, sendo 4.494 do comércio, 4.364 de serviços, 1.534 indústrias, 804 da construção civil e 16 da agropecuária (PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ, 2025).

Apesar da forte base industrial, Mauá enfrenta desafios relacionados à desigualdade social e à necessidade de diversificação econômica. A cidade possui áreas disponíveis para a implantação de novas indústrias, o que, aliado à sua localização estratégica com acesso a importantes rodovias e à malha ferroviária, oferece potencial para atração de investimentos e desenvolvimento econômico sustentável (PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ, 2025).

A análise dos dados econômicos e sociais de Mauá permite refletir sobre a aplicabilidade da teoria da Curva de Kuznets, proposta pelo economista Simon Kuznets (1955). Segundo essa teoria, à medida que um país ou região se desenvolve, a desigualdade tende a aumentar em um primeiro momento, para depois diminuir com o amadurecimento das instituições e o acesso ampliado aos benefícios do crescimento. No entanto, no caso de Mauá, observam-se sinais de um padrão distinto: embora o município possua um polo industrial consolidado e um PIB relevante dentro do estado de São Paulo, os níveis de desigualdade e a carência de infraestrutura básica permanecem elevados. Isso pode indicar que o desenvolvimento econômico local não tem sido acompanhado de mecanismos eficazes de redistribuição de renda e inclusão social.

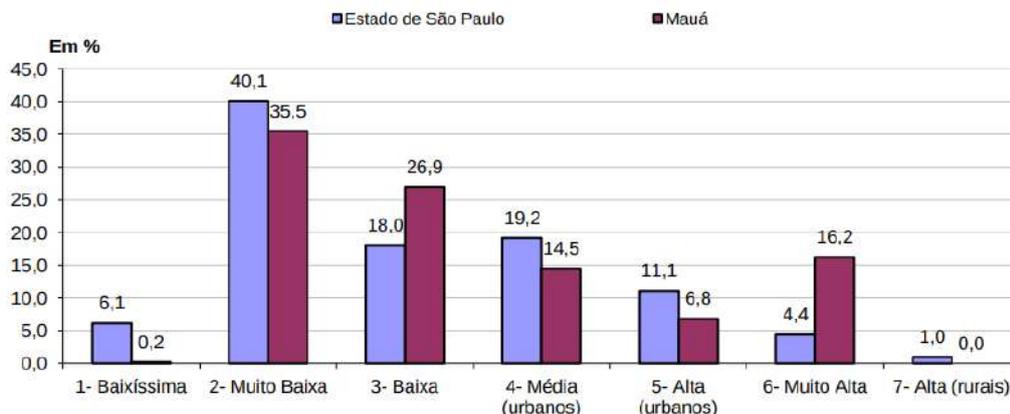
O perfil industrial de Mauá, fortemente dependente de setores como o petroquímico e o automotivo, contribui para uma concentração de renda em determinadas camadas da população, gerando um tipo de crescimento econômico que não beneficia igualmente todos os grupos sociais. A ausência de políticas públicas consistentes para qualificação da mão de obra local e estímulo ao empreendedorismo periférico agrava essa situação, criando um ciclo em que o crescimento se restringe a segmentos específicos da economia. Como apontam teóricos do desenvolvimento como o ex- ministro do planejamento e do orçamento do Brasil Celso Furtado (2009), o simples aumento do produto econômico não garante, por si só, a redução das desigualdades — sendo necessária uma estrutura produtiva mais inclusiva e voltada para a valorização do capital humano.

### 3.1.1) Grupos de vulnerabilidade social:

O gráfico a seguir apresenta a distribuição da população do Estado de São Paulo e do Município de Mauá entre os diferentes grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). Esse índice mede a vulnerabilidade social nas regiões, considerando fatores como educação, saúde, emprego e moradia. Através dessa análise, é possível compreender como as populações de diferentes áreas estão mais ou menos expostas a condições de risco social,

destacando as regiões que demandam maior atenção e políticas públicas específicas.

**Gráfico 1:** Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Estado de São Paulo e Município de Mauá



**Fonte:** IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade (2010).

Nota: Todos os setores censitários do município de São Paulo foram considerados urbanos.

1. Grupo 1 apresenta uma Baixíssima vulnerabilidade com um total de 793 pessoas (0,2% do total). No espaço ocupado por essa população o rendimento médio dos domicílios era de R\$ 2.174 e em média a renda deles não ultrapassava meio salário-mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e os que tinham menos de 30 anos representavam 30,7%. Dentre as donas de casa 41,3% tinham até 30 anos e a porcentagem de crianças com menos de 6 anos equivalia a 3,8% do total da população desse grupo.
2. Grupo 2 apresenta vulnerabilidade muito baixa com um total de 146.971 pessoas (35,5% do total). O rendimento médio dos domicílios era de R\$2.358 e em 10,4% deles a renda não ultrapassava meio salário-mínimo per capita. Com relação aos indicadores a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 47 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 11,8%. Dentre as donas de casa 10,1% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 7,1% do total da população desse grupo.

3. Grupo 3 apresenta vulnerabilidade baixa com um total de 111.435 pessoas (26,9% do total). O rendimento médio dos domicílios era de R\$1.996 e em 14,9% deles a renda não ultrapassava meio salário-mínimo per capita. Com relação aos indicadores a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 43 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 20,0%. Dentre as donas de casa 20,9% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 8,4% do total da população desse grupo.
  
4. Grupo 4 apresenta vulnerabilidade média - setores urbanos com um total de 60.062 pessoas (14,5% do total). O rendimento médio dos domicílios era de R\$1.601 e em 22,2% deles a renda não ultrapassava meio salário-mínimo per capita. Com relação aos indicadores, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 45 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,5%. Dentre as donas de casa 9,9% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 8,8% do total da população desse grupo.
  
5. Grupo 5 apresenta vulnerabilidade alta - setores urbanos com um total de 28.004 pessoas (6,8% do total). O rendimento médio dos domicílios era de R\$1.529 e em 22,8% deles a renda não ultrapassava meio salário-mínimo per capita. Com relação aos indicadores a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 43 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 17,7%. Dentre as donas de casa 17,5% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 9,1% do total da população desse grupo.

6. Grupo 6 apresenta vulnerabilidade muito alta - aglomerados subnormais com um total de 67.221 pessoas (16,2% do total). O rendimento médio dos domicílios era de R\$1.262 e em 33,3% deles a renda não ultrapassava meio salário-mínimo per capita. Com relação aos indicadores a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 21,9%. Dentre as donas de casa 22,6% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 10,8% do total da população desse grupo.

### 3.1.2) Extrema pobreza atinge 311 mil moradores do grande ABC:

O Grande ABC (2022), 311.316 pessoas vivem em condição de extrema pobreza. Esse contingente equivale a quase toda população somada de São Caetano, Ribeirão Pires, e Rio Grande da Serra, que juntos reúnem 340.010 habitantes.

De acordo com os dados do CadÚnico (Cadastro Único para programas sociais), 11% dos moradores da região possuem renda familiar per capita de até \$105 mensais, o que corresponde a aproximadamente R\$ 3,50 por dia. Com esse valor, as famílias precisam arcar com a alimentação, produtos de higiene, despesas essenciais do lar e, em alguns casos, o pagamento do aluguel.

“Na maioria dos dias tenho apenas o almoço para servir aos meus filhos. O arroz e feijão não faltam, mas o pão, o leite e a mistura é uma luta diária para conseguir”. O desabafo é de Cristiane Suellen Biazotto, 34 anos, que mora com seis filhos e o marido, Reges Rodrigues da Silva, 29, em um barraco de madeira na invasão Oratório, em Mauá.

#### **4) A Relação entre Crescimento Econômico e Desigualdade**

A questão do crescimento econômico que está gerando desigualdade em nosso país, tem sido uma grande preocupação dos cientistas sociais por mais de um século. No entanto a relação entre desigualdade e o processo de desenvolvimento está longe de ser bem entendido completamente, existem muitas etapas e desafios que devem ser encarados de forma profissional e técnica. Primeiro podemos investigar os efeitos positivos e negativos do crescimento econômico sobre a desigualdade e após debater e refletir sobre desigualdade e sobre o crescimento, ambos em uma economia de mercado no Brasil.

##### **4.1) Crescimento Econômico: O que é, por que importa e como mudou com o tempo**

Crescimento econômico, no sentido mais comum, significa que uma economia está produzindo mais e isso geralmente é medido pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Mas reduzir tudo a números seria simplificar demais algo complexo. Crescer não é só gerar mais riqueza, é também como essa riqueza é criada e distribuída para a população. Envolve desde o investimento em máquinas e infraestrutura até o avanço da tecnologia, a qualidade das instituições, a formação das pessoas e o jeito como os governos atuam.

Ao longo da história, essa discussão foi evoluindo. Os pensadores clássicos como Adam Smith (1776) e David Ricardo (1817) achavam que o segredo estava no acúmulo de capital e nas vantagens comparativas entre países "Todo indivíduo necessariamente trabalha no sentido de fazer com que o rendimento anual da sociedade seja o maior possível."(ADAM SMITH,1776, p. 482). Décadas depois, veio o modelo de Solow, nos anos 1950, que colocou o progresso tecnológico como peça-chave. Mais tarde, Paul Romer (2005) e Robert Lucas (1999) ampliaram o debate ao mostrar que coisas como educação, inovação e aprendizado constante também movem a economia.

Mas o crescimento nunca foi igual para todo mundo. Alguns países prosperam, outros estagnam. E dentro de um mesmo país, há regiões que avançam e outras que ficam para trás. Isso mostra que instituições fortes, estabilidade econômica e acesso à educação de qualidade são diferenciais reais para transformar crescimento em desenvolvimento que realmente melhora a vida das pessoas.

#### 4.2) Desigualdade Econômica: Tipos, causas e por que ela importa

Segundo Marta Arretche (2018) desigualdade econômica é a maneira como renda, riqueza e oportunidades estão (ou não estão) distribuídas entre as pessoas. Ela pode aparecer na forma de diferenças salariais, na concentração de patrimônio em poucas mãos ou na falta de acesso a serviços básicos como educação, saúde e moradia digna. Essas desigualdades têm raízes profundas e, muitas vezes, se alimentam umas das outras.

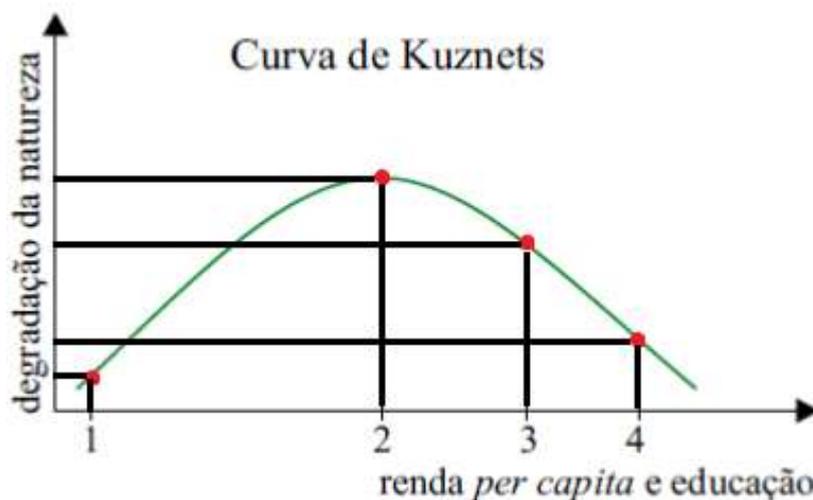
O economista Thomas Piketty (2014) mostrou que, ao longo da história, a renda gerada pelo capital costuma crescer mais rápido do que a economia como um todo. Isso favorece quem já é rico e reforça a concentração de riqueza. Vai contra a ideia de que, com o tempo, o crescimento “puxa todos para cima”.

Outros fatores também explicam essa desigualdade: o mercado de trabalho ainda é altamente segmentado, a informalidade é forte em muitos países, e desigualdades de gênero e raça continuam a limitar oportunidades. Amartya Sen (2000) trouxe um ponto importante ao dizer que o verdadeiro desenvolvimento é aquele que amplia as liberdades das pessoas. Ou seja, não basta olhar só para a renda — é preciso olhar para as possibilidades reais de cada um viver a vida que deseja.

E as consequências disso tudo? Não são pequenas. Sociedades muito desiguais tendem a ser mais violentas, mais instáveis e com menos crescimento sustentável. Joseph Stiglitz (2012) alerta que a desigualdade alta reduz o consumo, desestimula investimentos produtivos e mina a confiança nas instituições.

#### 4.3) A Teoria de Kuznets e o que ela não explicou

Nos anos 1950, Simon Kuznets (1955) propôs uma ideia que ficou famosa: que a desigualdade aumentaria nos estágios iniciais do crescimento econômico, mas depois cairia conforme os benefícios do progresso se espalhassem. Isso gerou a famosa “curva em U invertido”.



Fonte: vestibular UNESP 2012

Por um tempo, essa teoria fez sentido. Mas, com o tempo, ela foi sendo questionada. Vários países — inclusive ricos — continuam enfrentando altos níveis de desigualdade mesmo depois de décadas de crescimento. Brasil e Estados Unidos são dois exemplos claros. E fatores como a globalização, a tecnologia e políticas de desregulamentação econômica acabaram agravando esse cenário em muitos casos.

Hoje, muitos estudiosos, como Piketty (2014), Milanovic (2019) e Nancy Fraser (2011), apontam que a desigualdade não é uma fase temporária nem um efeito colateral inevitável. Ela é resultado direto de escolhas políticas, da força das instituições e de quem realmente tem poder de decisão.

#### 4.4) Crescimento e Desigualdade: Andam juntos ou se chocam?

A relação entre crescimento e desigualdade é complexa. Em alguns casos, um certo grau de desigualdade pode até incentivar a produtividade, premiando quem inova e se arrisca. Mas quando ela se torna extrema, os efeitos

são negativos: o consumo de boa parte da população é comprometido, talentos são desperdiçados e o clima social piora.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) (2015) mostrou que altos níveis de desigualdade dificultam o crescimento de longo prazo, principalmente por limitarem o acesso à educação e a mobilidade social das classes mais baixas. Reduzir a desigualdade, portanto, pode ser uma estratégia de crescimento — não o oposto disso.

Políticas públicas inclusivas fazem toda a diferença aqui: impostos mais progressivos, transferência de renda, investimentos em saúde e educação, e incentivos à inclusão produtiva são ferramentas eficazes para quebrar o ciclo da pobreza e estimular o crescimento com justiça social. Amartya Sen (2000) reforça que o desenvolvimento só faz sentido se ampliar as liberdades das pessoas. E isso começa com igualdade de oportunidades.

#### 4.5) O papel das instituições e do capital humano

Nenhum país cresce de forma estável e justa se não tiver instituições sólidas por trás. Leis que funcionam, sistemas de justiça confiáveis, regras claras de mercado, respeito aos direitos trabalhistas — tudo isso cria o ambiente necessário para o crescimento sustentável.

Acemoglu e Robinson (2012) explicam que as instituições “inclusivas” — aquelas que garantem acesso e participação ampla da população nos recursos e nas decisões — são fundamentais para que o crescimento não se transforme em exclusão. Do outro lado, instituições “extrativistas”, que concentram poder e favorecem poucos, limitam o potencial de uma nação.

E há um elemento-chave que conecta tudo isso: o capital humano. Investir em saúde e educação é essencial para romper com a reprodução da desigualdade. Pessoas com mais conhecimento e bem cuidadas vivem melhor, produzem mais e ajudam a construir sociedades mais justas.

### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho analisou a relação entre crescimento econômico e desigualdade no Brasil, com enfoque especial na realidade econômica e social do município de Mauá. Os resultados indicam que, embora tenha ocorrido

crescimento econômico expressivo, especialmente em polos industriais como o de Mauá, esse crescimento não tem promovido uma inclusão social adequada, perpetuando elevados índices de vulnerabilidade e desigualdade.

Em resposta à questão central do problema de pesquisa, constatou-se que o crescimento econômico brasileiro, em sua forma atual, não garante a redução das desigualdades socioeconômicas, uma vez que fatores estruturais, como a concentração da riqueza, políticas públicas insuficientes e um sistema tributário regressivo, limitam a distribuição equitativa dos benefícios gerados pelo desenvolvimento econômico.

Os objetivos gerais e específicos foram alcançados: a pesquisa possibilitou compreender os mecanismos que vinculam crescimento econômico e desigualdade, bem como identificar os principais desafios enfrentados pelo Brasil e pelo município de Mauá para alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Os resultados obtidos evidenciam que a persistência da desigualdade está associada não apenas a fatores históricos e institucionais, mas também a escolhas políticas que influenciam diretamente a distribuição de renda e oportunidades. Destaca-se que o crescimento econômico, sem a implementação de políticas públicas eficazes voltadas à inclusão social e à valorização do capital humano, tende a beneficiar apenas parcelas restritas da população.

Entre as vantagens do estudo, ressalta-se a análise integrada entre teoria econômica e dados empíricos locais, que possibilitaram uma visão contextualizada da problemática. Entretanto, limitações foram identificadas, como a disponibilidade e atualização de dados socioeconômicos locais e a complexidade de mensurar diretamente o impacto de políticas públicas recentes, indicando a necessidade de aprofundamento em pesquisas futuras.

Dessa forma, conclui-se que, para que o crescimento econômico seja efetivamente transformador e promova a redução da desigualdade, é imprescindível a adoção de políticas inclusivas, reformas estruturais e o fortalecimento das instituições. Somente assim será possível construir um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, que alcance e beneficie toda a população brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta. Open-access **DEMOCRACIA E REDUÇÃO DA DESIGUALDADE ECONÔMICA NO BRASIL: A INCLUSÃO DOS OUTSIDERS**. SciELO Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Mtx4F43dy9YjLkf9k85Gg7F/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC. Municípios consorciados – Mauá. Disponível em: <https://www.consorcioabc.sp.gov.br>. Acesso em: 04 jun. 2025.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Extrema pobreza atinge 311 mil moradores do Grande ABC. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/3896558/extrema-pobreza-atinge-311-mil-moradores-do-grande-abc>. Acesso em: 5 jun. 2025.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Região segue como o 4º PIB do Brasil. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br>. Acesso em: 04 jun. 2025.

**Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais**. EUA: Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais, Edição 2015, 2015.

FRASER, Nancy. **Open-access Redistribuição e reconhecimento** - Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth. **SciELO Brasil**, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/VyptqKwdK4JyfWr5SkHQkfJ/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Publicações e dados sobre economia brasileira. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 4 jun. 2025.

KERSTENETZKY, Celia. **Desigualdade econômica**: porque se importar com ela. centro de estudos sobre desigualdade e desenvolvimento, 2021. Disponível em: <https://cede.uff.br/wp-content/uploads/sites/251/2021/09/TD-165-KERSTENETZKY-C.-2021.-Desigualdade-economica.-Porque-se-importar-com-ela.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

KUZNETS, Simon. **Economic Growth and Income Inequality**. The American Economic Review, v. 45, n. 1, p. 1–28, 1955.

LUCAS, Robert. **Lectures on Economic Growth**. Ohio: Harvard University Press, 1999.

MARSHALL, Alfred. **Princípios da economia**. [S.L]: Editora Abril, 1982. 674 p.

MILANOVIĆ, Branko. **Capitalism, Alone**. Ohio: Belknap Press, 2019.

NÉRI, Marcelo. **A nova classe média**: o lado brilhante dos pobres. Centro de políticas sociais, 2010. Disponível em:  
[https://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM\\_Pesquisa\\_FORMATADA.pdf](https://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf).  
Acesso em: 05 maio 2025.

PETROBRAS. **Quem somos**. Petrobras, 2025. Disponível em:  
<https://petrobras.com.br/quem-somos/refinaria-capuava>. Acesso em: 04 jun. 2025.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução: Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PNUD Brasil, 2022. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2021-22>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ. **Invista em Mauá**. 2025a. Disponível em:  
<https://www.maua.sp.gov.br/Informacoes/InvistaEmMaua.aspx>. Acesso em: 04 jun. 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ. **Perfil Municipal de Mauá**. 2025b. Disponível em: <https://www.maua.sp.gov.br/perfilmunicipal/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022: tempos incertos, vidas instáveis — moldando nosso futuro em um mundo em transformação**. Brasília:

ROBINSON., Daron Acemoglu e James A. et al. **Por Que As Nações Fracassam**: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Estados Unidos: Crown Business., 2012. 546 p.

RICARDO, David . **Princípios de Economia Política e Tributação**. Londres, Inglaterra: Lebooks Editora, 1817.

ROMER, Paul. **Economics&aplia 1 Sem ACT Card**. Virginia: Worth Publishers, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Acesso em: 04 jun. 2025

SMITH, Adam . **A Riqueza Das Nações**. Londres: WMF MARTINS FONTES, 1776.

STIGLITZ, Joseph E. **O preço da desigualdade**: como a sociedade dividida de hoje põe em risco o nosso futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Acesso em: 04 jun. 2025

WORLD BANK. **Inequality and Shared Prosperity**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/isp/overview>. Acesso em: 23 jun. 2025.  
Acesso em: 20 abr. 2025.